DIÁRIO OFICIAL DO
LEGISLATIVO

Ano XXVI - N° 5.102 Quarta-feira, 1º de Novembro de 2017



Foto: Reginaldo Ipê

Dia do Fisco Municipal

Para comemorar a data, foi realizada sessão especial proposta pelo vereador Sílvio Humberto, que é também auditor fiscal

Durante o evento, no Plenário Cosme de Farias, foi discutida a reforma tributária proposta pelo governo federal e seu impacto nos municípios. "A reforma tributária não é só uma questão técnica de reduzir e aumentar impostos. Isso envolve o pacto federativo e a autonomia dos municípios. Você não tem autonomia se não tem recursos. Então precisamos discutir como vai se dar a divisão desse bolo tributário", afirmou o vereador Silvio Humberto (PSB).

LEIA MAIS NA PÁGINA 3

Vereador critica proibição de espetáculo em Salvador

Para Moisés Rocha, peça que representa Jesus transexual foi alvo de censura

Presidente da Comissão de Reparação, o vereador Moisés Rocha (PT) lamentou a decisão judicial que suspendeu a apresentação do espetáculo "O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu", que seria realizado no Espaço Cultural da Barroquinha, na sexta-feira (27). Para o legislador, a decisão representa retrocesso cultural.

"Nós da Comissão de Reparação demonstramos preocupação com este retrocesso político e cultural. O que percebemos é que o país atravessa um período de retorno da censura, o que é inconcebível em uma sociedade que precisa cada vez mais respeitar os preceitos religiosos de todos", afirmou Moisés, em reunião do colegiado na tarde de segunda-feira (30), no Salão Nobre.

Fotos: Antonio Queirós



Reunião do colegiado no Salão Nobre



A liminar expedida pelo juiz Paulo Albiani Alves, da 12ª Vara Cível de Salvador, atendeu um grupo que entrou com o pedido de suspensão do espetáculo, alegando ser "extremamente ofensivo a moral da humanidade, que é em sua grande maioria crente no homem Jesus como filho de Deus".

A decisão judicial impediu que a Fundação Gregório de Mattos (FGM), administradora do espaço cultural, apresentasse a peça, protagonizada pela atriz transexual Renata Carvalho. Suspensa a exibição no Espaço Cultural da Barroquinha, a apresentação ocorreu no Teatro Goethe Institut.

APARTE

Acervo

A Biblioteca Vereador Manuel Querino realiza a 3ª edição do Projeto Acervo em Destaque, apresentando biografias disponíveis na Câmara. Conforme a coordenação da biblioteca, a mostra vai incentivar a pesquisa, possibilitando a obtenção de informações confiáveis nas fontes primárias.

Filho de Jhá

O vereador Alfredo Mangueira (PMDB) solicitou, por meio do Requerimento nº 108/17, a renovação do título de utilidade pública municipal do bloco carnavalesco "Sociedade Recreativa Filhos de Jhá". Criada em 20 de setembro de 1992, a entidade desenvolve atividades sociais, justificando o reconhecimento.

Clube de Mães

O Clube de Mães Creche e Escola Nossa Senhora da Luz está perto de ter a renovação do título de utilidade pública municipal. Proposta neste sentido foi apresentada pelo vereador Luiz Carlos (PRB). Conforme o autor do requerimento, a entidade tem a missão de atuar na área sociocultural de Pernambués, auxiliando as mães da região.

Curtinhas

Título de Cidadão

Por meio do Projeto de Resolução nº 118/17, o vereador J. Carlos Filho (Solidariedade) propõe a outorga do Título de Cidadão de Salvador ao general Joarez Júnior. "O comandante da 6ª Região Militar é um exemplo de patriotismo e de lealdade", justifica o parlamentar. A proposta aguarda apreciação em plenário.

Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Leo Prates
leoprates@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Isnard Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Kiki Bispo
kikibispo@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Toinho Carolino
toinhocarolino@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Joceval Rodrigues
jocevalrodrigues@cms.ba.gov.br

3º Secretário:
Tiago Correia
tiagocorreia@cms.ba.gov.br

4º Secretário:
Ana Rita Tavares
anaritatavares@cms.ba.gov.br

Corregedor-Geral:
Edvaldo Brito
edvaldobrito@cms.ba.gov.br

Ouvidor-Geral:
Luiz Carlos Suíca
luizcarlossuica@cms.ba.gov.br

Ouvidora-Substituta:
Cátia Rodrigues
catiarodrigues@cms.ba.gov.br

Secretaria de Comunicação

Secretário-Chefe
José Pacheco Maia Filho
pacheco.maia@cms.ba.gov.br

(71) 3320-0205
(71) 3320-0304
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com

Siga a CMS no twitter!
www.twitter.com/camarasalvador

TV Câmara Salvador Canal 10 do Sim TV

Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

Reforma tributária é debatida em sessão especial na Câmara

Vereador Sílvio Humberto propôs discussão na atividade em homenagem ao Dia do Fisco Municipal

A reforma tributária proposta pelo governo federal e seu impacto nos municípios foi discutida na Câmara Municipal de Salvador (CMS), em sessão especial realizada, na manhã de segunda-feira (30), no Plenário Cosme de Farias. A atividade foi proposta pelo vereador Sílvio Humberto (PSB), que é também auditor fiscal, para marcar a passagem do Dia do Fisco Municipal, comemorado no último dia 21.

Para os municípios, o principal impacto da reforma é a transferência dos recursos do imposto similar ao Imposto Sobre Serviço (ISS) – já que se propõe a extinção deste – para o Estado. Em Salvador, em 2017, o ISS é responsável por aproximadamente R$ 975 milhões da receita da cidade.

A reforma extingue diversos tributos (IPI, IOF, CSLL, PIS, Pasep, Cofins, Salário-Educação, CIDE-Combustíveis, ICMS e ISS) a serem substituídos pelo Imposto sobre Operações com Bens de Serviços (IBS), nos moldes de um imposto sobre valor agregado e, pelo Imposto Seletivo, cobrado somente sobre determinados produtos.

"A reforma tributária não é só uma questão técnica de reduzir e aumentar impostos. Isso envolve o pacto federativo e a autonomia dos municípios. Você não tem autonomia se não tem recursos. Então precisamos discutir como vai se dar a divisão desse bolo tributário. A forma como se dá a estrutura tributária pode reforçar ou mitigar os efeitos das desigualdades sociais em nosso país", afirmou o vereador.

Fotos: Reginaldo Ipê



Vereador Sílvio Humberto presidiu a sessão especial

"A reforma tributária não é um debate político sobre arrecadação de impostos. O que nós vamos fazer é trazer essa discussão para perto da sociedade, pois uma boa reforma tributária pode ajudar a reduzir as desigualdades sociais", acrescentou Sílvio.



DEBATE

A atividade, que reuniu auditores fiscais e fazendários, contou com a palestra do professor Antônio Cláudio Silva de Vasconcellos, que é auditor fiscal de Salvador e diretor Jurídico da Associação Baiana dos Auditores Fiscais Municipais (Abam). O tema da exposição foi "Reforma Tributária Sim. Desse Jeito, não!".

"A reforma do jeito que está não atende aos entes federativos por vários aspectos. A discussão é muito obscura. Não se sabe o que fazer com diversos aspectos. O texto remete várias vezes a lei complementar. Isso se faz quando você não tem condição de resolver com a emenda. E lá na frente? Como serão essas leis complementares?", questionou Antônio Vasconcellos.

Para o palestrante, não há uma definição clara sobre as administrações tributárias. "O que enxergamos agora é um retrocesso porque quando se concentra recursos nas mãos de outros entes, o município passa a depender de recursos repassados. O estado, por exemplo, que acha a reforma interessante porque vai ficar com o ISS, perde os impostos sobre cigarro e telecomunicações. É preciso que todos avaliem todos os termos dessa proposta", destacou Antônio Vasconcellos.

A presidente da Associação Baiana dos auditores Fiscais e Municipais (Abam), Ana Amélia Dória, explicou que entre as receitas próprias do município o ISS corresponde ao dobro do Imposto sobre a Propriedade Predial Urbana (IPTU) e quase quatro vezes mais do que o Imposto Sobre a Transmissão Intervivos de Bens Imóveis (ITIV). "Os municípios precisam de mais autonomia e melhor distribuição das receitas, o contrário do que está sendo proposto por esta reforma", avaliou Ana Amélia Dória.

"É preciso que haja uma concentração maior de tributos nos municípios como indica a Constituição de 1988. Retirar isso é regredir para antes da Constituição", pontuou o presidente da Associação dos Analistas Fazendários (Asbaf), Ulisses Malveria.

"Não somos contra uma reforma que simplifique os procedimentos e unifique a ação fiscal, mas a extinção do ISS significa uma dependência do município do governo federal", reforçou o presidente do Sindicato dos Fazendários de Salvador (Sindifam), Lázaro Barbosa.



Aladilce Souza critica reforma na Atenção Básica à Saúde

Vereadora realizou audiência pública sobre o tema

"A reforma da Política Nacional de Atenção Básica à Saúde é o desmonte do SUS". A afirmação é da vereadora Aladilce Souza (PCdoB). Através de uma iniciativa de sua autoria, o tema foi debatido em audiência pública realizada na terça-feira (31), no Edifício Bahia Center.

Recentemente, o Ministério da Saúde, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) aprovaram a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes para o setor no âmbito do SUS.

Fotos: Reginaldo Ipê





As mudanças foram publicadas no Diário Oficial da União no dia 22 de setembro deste ano. Com as alterações, a administração dos recursos e a maneira como as equipes de agentes de saúde irão atuar são definidas pelas prefeituras; que passam a ter autonomia nesta questão.

Com relação a este tema, Aladilce Souza argumenta que "os municípios, muitos de pequeno porte, não têm estrutura para montar uma política de saúde".

A parlamentar também pontuou a importância da Atenção Básica à Saúde. A vereadora argumentou que somente construir hospitais e UTIs não resolve o problema. "Faz-se necessário um olhar mais amplo para a saúde. E é preciso investir em ações de prevenção", criticou.

A proposta prevê também que, dentre outras deliberações, os agentes comunitários de saúde e de endemias vão poder aferir pressão e glicemia, além de fazer curativos.

Edna Maria, diretora do Sindicato dos Servidores da Prefeitura de Salvador (Sindseps), criticou esta novidade. De acordo com ela, esta medida acarretará a diminuição dos profissionais que trabalham com a Atenção Básica à Saúde. "Afinal, agentes comunitários e técnicos de Enfermagem terão a mesma função", concluiu a sindicalista.

Caliandra Viana, subcoordenadora de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde, apresentou alguns números relativos à gestão municipal. "Atualmente temos uma cobertura de Atenção Básica de saúde que contempla 45,7 % do município. A meta para 2018 é de uma cobertura de 50%", afirmou. Ela também informou que 250 equipes de Atenção Básica de Saúde atuam em Salvador.

A mesa do evento também foi composta por Sílvio Roberto dos Anjos e Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado da Bahia (Sindsaúde); Vitor de Jesus, representante do Conselho Municipal de Saúde, e Adenilson Viana Rangel, diretor do Sindicato de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias da Bahia.



Vereadores tiram dúvidas sobre crédito junto à CEF

Diretora de Captação de Recursos, Ana Benvinda, compareceu à Câmara

"O Município de Salvador está em uma situação extremamente confortável do ponto de vista da sua capacidade de endividamento". A garantia foi dada aos vereadores, na tarde de segunda-feira (30), pela diretora de Captação de Recursos Financeiros da Casa Civil, Ana Benvinda, que compareceu à Câmara para tirar dúvidas dos vereadores em relação ao Projeto de Lei nº 520/17, que autoriza o Executivo a contratar empréstimo de R$75 milhões junto à Caixa Econômica Federal.

Fotos: Antonio Queirós



O valor, segundo ela, será aplicado em dois projetos: R$63 milhões para a conclusão das obras e aparelhamento do Hospital Municipal e E$12 milhões para a requalificação do Centro Histórico, abrangendo o Terreiro de Jesus, Praça Marechal Deodoro e Rua Miguel Calmon. Ana Benvinda explicou que, pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Prefeitura de Salvador está com folga em termos de endividamento.



Foto: Valdemiro Lopes

"Mesmo somando os contratos já aprovados com os projetos que ainda estão tramitando, não chegaremos nem à metade da capacidade de endividamento em relação à receita corrente líquida", assegurou.

SUPER TERÇA

O presidente da Câmara, vereador Leo Prates (DEM), agradeceu à representante da Casa Civil por ter aceito o convite para esclarecer o projeto, que será tema do debate da Super Terça da próxima semana. Além disso, será discutido com a sociedade em audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento, em data ainda a ser definida. "Queremos enfrentar o debate com clareza, encerrando qualquer polêmica no nascedouro. Nosso esforço é para dar transparência e visibilidade aos projetos que tramitam nesta Casa", frisou.

Leo Prates solicitou a Ana Benvinda que seja anexado ao PL 520/17 a proposta de instalação da UGP – Unidade Gestora do Projeto, que geralmente é encaminhado separadamente, para facilitar a compreensão do empréstimo como um todo.

Participaram da exposição da diretora da Casa Civil os vereadores Felipe Lucas (PMDB) e Odiosvaldo Vigas (PDT) e diversos assessores legislativos.

Procurador-chefe do MPT da Bahia visita a Câmara

Na segunda-feira, 30, o procurador-chefe do MPT da Bahia, Luís Carlos Gomes Carneiro Filho, fez uma visita de cortesia ao Legislativo Municipal, sendo recebido pelo presidente da Câmara Municipal de Salvador, vereador Leo Prates (DEM).

Eleito em votação unânime em setembro, o procurador do Trabalho assumiu o cargo de procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho (MPT) na Bahia em 3 de outubro. Seu mandato vale para o biênio 2017-2019.

Luís Carlos Gomes Carneiro Filho é natural de Recife (PE), e atua no MPT desde 2010. Antes de ser transferido para Salvador, ele passou pela unidade de Santo Antônio de Jesus. Com foco na defesa de meio ambiente de trabalho saudável e em mediações, o chefe do MPT na Bahia afirma que pretende fazer uma gestão que reforce as relações institucionais do órgão e também o trabalho de fortalecimento da imagem do MPT perante a sociedade.



Luís Carlos Gomes Carneiro Filho, procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho na Bahia, á direita

"A meta da minha gestão será fortalecer a atuação do MPT sem deixar de garantir a continuidade do trabalho de estruturação das unidades do órgão em todo o estado", afirma Luís Carlos Gomes Carneiro Filho.

Naspec cobra políticas de combate ao câncer de mama

Representante da instituição, Kátia Baldini fez uso da tribuna alertando para a situação atual da doença

Fotos: Antonio Queirós



Kátia Baldini participou de sessão na Câmara

Percussor da luta contra o câncer de mama na Bahia, o Núcleo Assistencial para Pessoas com Câncer (Naspec) chama a atenção para a necessidade de implantação de políticas públicas para o enfrentamento da doença. Representando a entidade, Kátia Baldini participou da Tribuna Popular da Câmara, na segunda-feira (30), alertando para a luta contra o tumor além do "Outubro Rosa".

Segundo ela, atualmente as mulheres diagnosticadas com o tumor ainda são submetidas à espera de seis a oito meses para o procedimento de biopsia. "É muito importante o lacinho rosa para alertar, mas só isso não muda a realidade. A situação ainda é muito crítica. O que vemos é o atendimento ágil através de planos de saúde, mas não no SUS", salientou Kátia, que participou da Tribuna a convite da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

De acordo com a presidente do colegiado, vereadora Aladilce Souza (PCdoB), é preciso garantir atendimento para mudar o atual quadro, que, conforme o Naspec, soma 35 mortes diárias decorrentes do câncer de mama. "Não adianta ter centenas de vagas, se estas mulheres não tiverem acesso ao tratamento e o diagnóstico precoce", frisou.

Ao comentar os dados apresentados pelo Naspec, o vereador Kiki Bispo (PTB) afirmou que a espera de até oito meses "é uma sentença de morte". O vereador ainda lamentou a falta de atendimento suficiente do Hospital da Mulher, na Cidade Baixa. "É inaceitável que o Hospital da Mulher não tenha as portas abertas para a finalidade prometida", criticou, cobrando do governo estadual agilidade no atendimento.

Os vereadores Sílvio Humberto (PSB), Hilton Coelho (PSOL), Odiosvaldo Vigas (PDT) e Joceval Rodrigues (PPS) também discursaram em prol do trabalho realizado pelo Naspec. Na Tribuna, Kátia Baldini agradeceu o apoio da Casa, em especial à vereadora Aladilce Souza e o vereador Téo Senna (PHS).

Taxistas protestam contra "concorrência desleal"

Na Tribuna Popular, Gilberto de Oliveira e Silva defendeu regulamentação para o transporte via aplicativo



Na tarde de segunda-feira (30), o presidente da Cooperativa Associativa de Assistência dos Taxistas (Coastaxi), Gilberto de Oliveira e Silva, fez uso da Tribuna Popular da Câmara para protestar contra os serviços de transporte por aplicativos que funcionam em Salvador. De acordo com o representante da categoria, que conta com mais de 7 mil trabalhadores na cidade, a principal reclamação refere-se à falta de regulamentação para empresas como Uber e 99 Pop atuarem.

"É uma concorrência desleal, já que estas empresas que vêm de outros países e nada pagam ao Município, ao Estado e à Nação. Não queremos tirar o emprego de ninguém, mas cobramos que eles também paguem os tributos que pagamos", explicou.

Nas galerias, taxistas exibiam cartazes pedindo a aprovação do Projeto de Lei da Câmara Federal (PLC) nº 28/17, que regulamenta a atividade de motoristas via aplicativos. "Não somos contra a tecnologia e defendemos que permaneçam trabalhando, mas de forma legal e íntegra", complementou na tribuna o taxista João Adorno.

A vereadora Aladilce Souza (PCdoB) e os vereadores Leo Prates (DEM), presidente da Câmara; Sílvio Humberto (PSB), Joceval Rodrigues (PPS), Hilton Coelho (PSOL) e Kiki Bispo (PTB) declararam apoio à reivindicação dos taxistas.

Conforme Joceval, a população aderiu aos transportes acionados por aplicativos por conta do custo benefício. Porém, o vereador alertou: "Cobram mais barato por causa de uma concorrência desleal".

Audiência pública em Cajazeiras apresenta propostas para combater a violência

O evento, promovido pela Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente da Câmara, teve apoio de Marta Rodrigues

Fotos: Assessoria do vereadora



Uma audiência pública ocorrida no Ginásio Poliesportivo de Cajazeiras, na tarde de segunda-feira (30 de outubro), debateu formas de combater diversos tipos de violência. O encontro foi idealizado pelo 'Movimento em Prol da Paz em Cajazeiras'.

Os participantes discutiram o extermínio da juventude, a violência contra as mulheres, o racismo, a intolerância religiosa, de gênero e bulliyng. Segundo o padre Ferdinando, do Capdever (Centro Afro de Promoção e Defesa da Vida Padre Ezequiel Ramin), o bairro Cajazeiras carece de muitos equipamentos públicos, principalmente aqueles que colaborem com a retirada dos jovens do caminho das drogas. Na audiência, jovens pediram a requalificação das quadras e campos de futebol, a promoção de eventos esportivos e a contratação de agentes educadores para a prefeitura-bairro. "Faltam áreas cobertas para práticas de atividades de Esporte, Cultura e Lazer e as poucas que existem, sofrem com a falta de manutenção".



Outra proposta apresentada aos presentes foi a construção de uma ciclovia em todo o bairro. Na categoria 'Moradia', os presentes denunciaram a suspensão do Programa Minha Casa Minha Vida, a ausência de creches e postos de saúde, a precariedade do transporte público, dentre outros. "Cajazeiras ainda não tem metrô, os ônibus são sujos e velhos. Nós convivemos há anos com essa precaridade", destacou.

A audiência ouviu diversos segmentos, que, em reuniões anteriores, definiram grupos de trabalho para que fossem apresentadas as propostas. A maioria dos participantes reforçou a importância de se combater a violência contra a mulher e o extermínio da juventude negra. "Precisamos em Cajazeiras de palestras educativas que priorizem o banimento dessa violência, cursos voltados para as mulheres buscarem sua independência financeira, centro que acolha as mulheres vítimas de violência e a promoção da igualdade e do empoderamento das mulheres", destaca um dos documentos produzidos pelo Movimento em Prol da Paz em Cajazeiras.

Para a vereadora Marta Rodrigues (PT), iniciativas como a do Movimento em Prol da Paz em Cajazeiras são de extrema importância para que a Câmara tome conhecimento dos anseios e preocupações da população, buscando, dessa forma, encontrar saídas e alternativas junto ao Executivo Municipal e ao Executivo Estadual. "Nosso papel como vereadoras e vereadores é de estar aberto a todas as demandas da população, acolhendo e levando a discussão para dentro da Casa", declarou.

Marcaram presença a deputada estadual Maria Del Carmen (PT), representantes das secretarias de Segurança Pública do Estado, da Educação do Estado, da Saúde do Município, da Sudesb, da Secretaria da Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS) e da 3ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM).



Prazo para emendas ao PL 451/17 encerra nesta quarta (1º)

Projeto que será votado dia 8 de novembro beneficia entidades sociais

Na sessão ordinária da Câmara Municipal de terça-feira (31), o presidente Leo Prates (DEM) chamou atenção para o prazo de apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 451/17, do Executivo, que será encerrado nesta quarta-feira (1º). A proposição dispõe sobre a destinação de recursos dos orçamentos do Município, do exercício de 2017, a entidades de direito privado, sem fins lucrativos, indicadas na lei. A votação do projeto está marcada para o dia 8 de novembro (quarta-feira).

Foto: Antonio Queirós



"As entidades sociais que não estiverem listadas na lei não terão direito às doações previstas na lei", alertou Leo Prates, frisando que as emendas deverão ser apresentadas no gabinete do relator da matéria, vereador Alfredo Mangueira (PMDB). As instituições indicadas devem prestar serviços essenciais como educação, cultura, saúde, assistência social, justiça, meio ambiente, ciência e tecnologia e outras áreas consideradas de interesse público.

VOTAÇÃO

Na sessão ordinária os vereadores votaram e aprovaram 82 projetos da Ordem do Dia acordados pelo Colégio de Líderes, incluindo projetos de lei, de indicação e requerimentos. O vereador Kiki Bispo (PTB), 2º vice-presidente da Casa, parabenizou Leo Prates pelo ritmo de votação das matérias que tramitam na Câmara: "Estamos com uma pauta muito produtiva, com dezenas de proposições aprovadas por semana".

Luiz Carlos participa de Luau da Juventude

Atividade contou com música, bate-papo e diversão

Na tarde de domingo (29), o vereador Luiz Carlos (PRB) participou do Luau da Força Jovem Universal (FJU-BA), realizado na área da antiga sede de praia do Esporte Clube Bahia, na Boca do Rio. O evento contou com música, bate-papo e diversão.

"É disso que a nossa juventude precisa: ações e projetos que possam fomentar essa importante fase da vida. E é claro que não poderia deixar de vir e participar, contribuir de alguma forma para o sucesso desse projeto", destaca Luiz Carlos, conhecido como 'amigo da juventude'.

Fotos: Assessoria do vereador



Evento realizado na praia da Boca do Rio

Ainda na tarde de domingo, Luiz Carlos acompanhou a Marcha das Ovelhas, realizada no bairro de Pirajá. Segundo o legislador, que é pastor evangélico há mais de 15 anos, a atividade levou a palavra de Deus para as pessoas, independentemente de cor, credo, gênero, situação social ou física.



"Esse evento é de grande importância, porque as pessoas precisam conhecer somente aquele que pode mudar a vida delas, falar de Deus é falar de amor, falar dele só reanima a nossa fé e a nossa crença naquele que tudo pode", afirma.

RUAS DE LAZER

Além das atividades religiosas, o vereador também compareceu ao bairro de São Bartolomeu, no Subúrbio, onde prestigiou mais uma edição do projeto Ruas de Lazer, promovido pela Secretaria Municipal de Trabalho, Esporte e Lazer (Semtel). "Trazer novas oportunidades para as crianças carentes da nossa cidade, levar alegria, divertimento e ocupar a mente delas com coisas boas, que irão trazer resultados futuramente", pontua Luiz Carlos.



ATOS DO PODER LEGISLATIVO

ATOS DO PRESIDENTE

ATO Nº 129/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei n 9.145, de 18 de agosto de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Fica considerado de utilidade pública municipal o **Conselho Comunitário dos Moradores da Vila Ruy Barbosa,** CNPJ nº **14.760.839/0001-32**, com sede e foro nesta capital.

Art. 2º As organizações declaradas de utilidade pública municipal ficam obrigadas a apresentar todos os anos, até o último dia útil do mês de fevereiro, relação circunstanciada dos serviços prestados à coletividade, no ano anterior, nos termos do § 6º do artigo 4º da Lei nº 9.145/2016.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Salvador, 30 de outubro de 2017.

Leonardo Prates
Presidente

ATO Nº 130/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei n 9.145, de 18 de agosto de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Fica considerada de utilidade pública municipal a **Federação dos Clubes de Remo da Bahia - FCRB,** CNPJ nº **24.760.907/0001-17**, com sede e foro nesta capital.

Art. 2º As organizações declaradas de utilidade pública municipal ficam obrigadas a apresentar todos os anos, até o último dia útil do mês de fevereiro, relação circunstanciada dos serviços prestados à coletividade, no ano anterior, nos termos do § 6º do artigo 4º da Lei nº 9.145/2016.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Salvador, 30 de outubro de 2017.

Leonardo Prates
Presidente

ATO Nº 131/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei n 9.145, de 18 de agosto de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Fica considerada de utilidade pública municipal a **PRÓ-SAÚDE - Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar,** CNPJ nº **24.232.886/0158-65**, com sede e foro nesta capital.

Art. 2º As organizações declaradas de utilidade pública municipal ficam obrigadas a apresentar todos os anos, até o último dia útil do mês de fevereiro, relação circunstanciada dos serviços prestados à coletividade, no ano anterior, nos termos do § 6º do artigo 4º da Lei nº 9.145/2016.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Salvador, 30 de outubro de 2017.

Leonardo Prates
Presidente

ATO Nº 132/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei n 9.145, de 18 de agosto de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Fica considerada de utilidade pública municipal a **Associação Cultural e Esportiva Carvalho Lima,** CNPJ nº **27.851.148/0001-96**, com sede e foro nesta capital.

Art. 2º As organizações declaradas de utilidade pública municipal ficam obrigadas a apresentar todos os anos, até o último dia útil do mês de fevereiro, relação circunstanciada dos serviços prestados à coletividade, no ano anterior, nos termos do § 6º do artigo 4º da Lei nº 9.145/2016.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Salvador, 30 de outubro de 2017.

Leonardo Prates
Presidente

ATO Nº 133/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei n 9.145, de 18 de agosto de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento de utilidade pública municipal da **Associação Obras Sociais Irmã Dulce,** CNPJ nº **15.178.551/0001-17,** conforme disposto na Lei n° 5.391/1998, alterada pela Lei n° 6.246, de 23 de dezembro de 2002, e pela Lei nº 9.145, de 18 de agosto de 2016.

Art. 2º As organizações declaradas de utilidade pública municipal ficam obrigadas a apresentar todos os anos, até o último dia útil do mês de fevereiro, relação circunstanciada dos serviços prestados à coletividade, no ano anterior, nos termos do § 6º do artigo 4º da Lei nº 9.145/2016.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Salvador, 30 de outubro de 2017.

Leonardo Prates
Presidente

ATO Nº 134/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei n 9.145, de 18 de agosto de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento de utilidade pública municipal do **Centro Comunitário Batista Clériston Andrade - CECOM,** CNPJ nº **14.226.369/001-21,** conforme disposto na Lei n° 5.391/1998, alterada pela Lei n° 6.246, de 23 de dezembro de 2002, e pela Lei nº 9.145, de 18 de agosto de 2016.

Art. 2º As organizações declaradas de utilidade pública municipal ficam obrigadas a apresentar todos os anos, até o último dia útil do mês de fevereiro, relação circunstanciada dos serviços prestados à coletividade, no ano anterior, nos termos do § 6º do artigo 4º da Lei nº 9.145/2016.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Salvador, 31 de outubro de 2017.

Leonardo Prates
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

88ª SESSÃO ORDINÁRIA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA
18ª LEGISLATURA
REALIZAÇÃO: 6 DE NOVEMBRO DE 2017 - 14h30min.

1. EXPEDIENTE

1.1. Discussão e Votação da Ata
1.2. Leitura do Expediente (1º secretário)

1.3. Tribuna Popular 20'

1 – Movimento Comunhão e Libertação da Igreja Católica – Senhor Otoney Alcântara – representante – assunto inerente.
2 – Associação dos Servidores do DERBA (ASDERBA) – Senhor Nilton Borges – representante – assunto inerente.

1.4. Inscrição Pinga-Fogo (5 minutos cada vereador)

1 – Governo:
2 – Oposição:
3 – Governo:

4 – Oposição:
5 – Governo:

2. REPRESENTAÇÕES PARTIDÁRIAS (60 minutos)

Ordem	*Partido*	*Tempo em minutos*
1	**L/O**	**05'**
2	**L/G**	**05'**
3	**PRB**	**05′**
4	**PT**	**02′**
5	**PSDB**	**05′**
6	**PHS**	**07′**
7	**PSL**	**02′**
8	**PSB**	**02′**
9	**DEM**	**07′**
10	**PV**	**02′**
11	**PMDB**	**05′**
12	**Podemos**	**05′**
13	**PDT**	**02′**
14	**PSC**	**05′**

EXPEDIENTE

1ª SESSÃO LEGISLATIVA
18ª LEGISLATURA

Salvador, 30 de outubro de 2017.

PROJETO DE LEI Nº 528/17

Altera e acrescenta dispositivos da Lei nº 9.284, de 20 de outubro de 2017, que institui o Fundo Especial da Câmara Municipal de Salvador, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DECRETA:

Art. 1º O artigo 3º da Lei nº 9.284, de 20 de outubro de 2017, passa a vigorar acrescido do parágrafo único, o qual possui a seguinte redação:
"Art.3º.....
Parágrafo único. As fontes de recursos do Fundo Especial da Câmara Municipal de Salvador poderão ter identidade específica. " (NR)
Art. 2º O artigo 8º da Lei nº 9.284, de 20 de outubro de 2017, passa a vigorar acrescido do artigo 8º - A, com a seguinte redação:
"Art. 8º - A. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover as modificações necessárias no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária do exercício de 2017, incluindo a abertura de créditos adicionais, remanejamentos, transposições e transferências, observada a legislação vigente e os limites das dotações globais. " (NR)
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2017.
LEO PRATES
TOINHO CAROLINO
JOCEVAL RODRIGUES

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta à Lei nº 9.284, de 20 de outubro de 2017, que institui o Fundo Especial da Câmara Municipal de Salvador busca adequar a Lex Lata à legislação constitucional, para viabilizar a inclusão do Fundo Especial no orçamento vigente; tendo em vista o programa para a sua operacionalização.
Dessa forma, aguarda-se desta Casa sua apreciação urgente, dada a exiguidade do tempo para implantação das alterações.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2017.
LEO PRATES
TOINHO CAROLINO
JOCEVAL RODRIGUES

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 812/17

Considerando que são comprovadas numericamente as melhorias que a cidade do Salvador teve no eixo da Educação nos últimos 5 anos: centenas de escolas construídas ou reformadas, diminuição expressiva da evasão escolar. Todavia, a questão do fardamento escolar nas escolas públicas da capital baiana ainda precisa de uma solução definitiva.
Considerando que cabe ao Governo diversificar suas estratégias para garantir a melhoria de vida da população.
Considerando que a propaganda é basilar e essencial para o crescimento das empresas privadas, que têm como princípio de subsistência a publicidade de seus produtos.
Considerando que há neste intento uma oportunidade das empresas interessadas fazerem seu papel social.
Considerando que o proposto neste Projeto de Indicação em nada afronta o princípio constitucional da educação como dever do Estado.
Considerando que, uma análise imparcial e sóbria do quadro do fardamento municipal aponta que, se efetivada a indicação deste Projeto, todos – empresas privadas e estudantes - sairão ganhando.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

INDICA:

ao prefeito, a promoção do convênio com empresas privadas para doação de uniformes escolares aos estudantes das escolas públicas municipais, sendo autorizada às empresas doadoras a gravação de suas logomarcas no fardamento escolar doado, como forma de publicidade. Podendo ficar a cargo da Secretaria de Educação os critérios deste convênio.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2017.
FELIPE LUCAS

REQUERIMENTO DE UTILIDADE PÚBLICA Nº 110/17

Declara de utilidade pública municipal a entidade Associação Cultural Comunitária e Carnavalesca Corisco.

Senhor presidente,

Requeiro, nos termos do art. 215 do Regimento Interno e da Lei Municipal nº 9.145/2016, a declaração de utilidade pública municipal da entidade Associação Cultural Comunitária e Carnavalesca Corisco, CNPJ 17.203.996/0001-35, localizada na Travessa São Francisco, nº214, CEP: 41.200-315, Engomadeira, Salvador- Ba.
Em anexo constam todos os documentos exigidos pela Lei 5.391/1998.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2017.
MARCELLE MORAES

JUSTIFICATIVA

A entidade desempenha ações comunitárias de importância aos munícipes de nossa capital, haja vista a importância do título de utilidade pública, para avançar nas ações administrativas e burocráticas, para os devidos encaminhamentos de projetos no contexto sociocultural, de turismo e de combate à pobreza.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2017.
MARCELLE MORAES

REQUERIMENTO DE UTILIDADE PÚBLICA Nº 111/17

Declara de utilidade pública municipal a entidade Centro Espírita Deusdedite Cantuário.

Senhor presidente,

Requeiro, nos termos do art. 215 do Regimento Interno e da Lei Municipal nº 9.145/2016, a declaração de utilidade pública municipal da entidade CENTRO ESPÍRITA DEUSDEDITE CANTUÁRIO, CNPJ nº 26130578000156, com sede e foro nesta Capital, com endereço na Rua Carlos Gentil, nº 65, Chapada do Rio Vermelho, Salvador – Bahia.
Em anexo constam todos os documentos exigidos pela Lei 5.391/1998.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2017.
SIDNINHO

JUSTIFICATIVA

O Centro Espírita Deusdedite Cantuário é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter religioso, beneficente e assistencial, fundada em 10 de agosto de 2015, tendo como finalidade defender os direitos da comunidade promovendo e apoiando ações voltadas para valorização, promoção e desenvolvimento da população afro-brasileira e afrodescendente no que tange aos aspectos religiosos, sociais e culturais.
Para o combate e enfrentamento da pobreza, o Centro Espírita realiza ações integradas de proteção à família, serviços assistencialistas e cooperativos, programas educacionais e controle social.
Impende destacar que os projetos desenvolvidos visam assegurar a fé da população que professa a religião espírita, assim como o combate a intolerância e desrespeito religioso.
Sendo assim, o Centro Espírita Deusdedite Cantuário promove o desenvolvimento religioso e comunitário através de programas assistenciais nas mais diversas áreas, conforme já dito, ampliando e estimulando todos àqueles que necessitem do mínimo de amparo para que venham a obter uma vida digna.
Nesse ínterim, justifica-se a necessidade da aprovação do presente projeto, decretando, consequentemente, a utilidade pública municipal do Centro Espírita Deusdedite Cantuário.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2017.
SIDNINHO

ATA

85ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2017.

PRESIDENTE: VEREADOR LEO PRATES
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA (*ad hoc*)

2ª SECRETÁRIO: VEREADOR EDVALDO BRITO (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALEXANDRE ALELUIA, ANA RITA TAVARES, ATANÁZIO JÚLIO, BECA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CEZAR LEITE, EDVALDO BRITO, FELIPE LUCAS, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, HILTON COELHO, IGOR KANNÁRIO, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ CARLOS FILHO, JOSÉ TRINDADE, KIKI BISPO, LEO PRATES, LORENA BRANDÃO, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELLE MORAES, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RICARDO ALMEIDA, ROGÉRIA SANTOS, SABÁ, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA, TIAGO CORREIA, TOINHO CAROLINO e VADO MALASSOMBRADO, estando licenciado o vereador DUDA SANCHES. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Projetos de Lei n.s 525 e 526/17 do vereador Sabá, 527/17 do vereador J. Carlos Filho e 528/17 da Mesa Diretora; Projetos de Indicação n.s 810/17 do vereador Sabá e 811 e 812/17 do vereador Felipe Lucas; Projetos de Resolução n.s 117/17 do vereador Ricardo Almeida e 118/17 do vereador J. Carlos Filho; Requerimentos de Utilidade Pública n.s 108/17 do vereador Alfredo Mangueira, 109/17 do vereador Luiz Carlos de Souza, 110/17 da vereadora Marcelle Moraes e 111/17 do vereador Sidninho; e Moção n. 165/17 da vereadora Aladilce Souza; e Requerimento de Licença de vereador. Terminada a leitura do Expediente, o senhor presidente pediu um minuto de silêncio pelo falecimento do ex-vereador Paulo Anunciação, o que foi observado. Em seguida, disse que externara seu pesar pela manhã e que alguns edis haviam viajado para comparecer ao seu sepultamento; elogiou o ex-vereador; e pediu a alguns edis que propusessem Projeto de Resolução para que o nome de Paulo Anunciação fosse dado a algum espaço da Casa. Por fim, lembrou que a Casa receberia, às 16h, a visita da subsecretária da Casa Civil municipal Ana Benvinda, que conversaria com os edis sobre empréstimo junto à Caixa Econômica Federal. Na **Tribuna Popular**, a senhora Katia Baldini, do Núcleo Assistencial para Pessoas com Câncer (NASPEC), contou sobre a atuação da entidade e sobre o apoio recebido dos vereadores Aladilce Souza e Teo Senna. Expôs que, embora houvesse maior informação sobre o câncer e campanhas como *Outubro Rosa*, as dificuldades no enfrentamento à doença eram muitas, principalmente pela falta de políticas públicas, o que levava a números ainda altos de mulheres mortas pela enfermidade. Disse que, em outros países, já se havia conseguido resultados positivos nesse sentido e explicou sobre a questão dos exames, cuja realização é precária no País, o que dificulta que o câncer, doença diagnosticável e tratável, receba o tratamento adequado para se preservar a vida dos doentes. Explicou ainda que em todo organismo se formam, eventualmente, células cancerígenas, que não se tornam tumores se o sistema imunológico estiver bem. Contou sobre os pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) que levam de seis a oito meses para conseguirem uma biópsia, o que acaba se tornando uma "sentença de morte", e sobre o tratamento paliativo para os que não têm chance de cura, dizendo ser algo que deveria ser seriamente reduzido, dando lugar ao tratamento para se curar. Disse ainda que o Hospital da Mulher tinha o acesso bloqueado e que, por isso, nele havia vagas para atendimento não-usadas, e pediu apoio dos edis. Em seguida, foi promulgada a Resolução n. 2.622/17, e o senhor presidente saudou a presença do ex-vereador José Carlos Fernandes. O senhor Gilberto de Oliveira e Silva, presidente da Cooperativa Associativa de Assistência dos Taxistas (Coastaxi), disse que os taxistas estavam felizes com o apoio à categoria e lembrou que, para se tornar taxista, era preciso atender a alguns requisitos, como prestar curso, ter alvará e apresentar atestado de bons antecedentes. Saudou alguns vereadores em especial e pregou pela legalidade, afirmando que a concorrência desleal nada pagava ao estado. Fez uma analogia da situação com a exploração de minérios no País e afirmou não ser contra os trabalhadores do aplicativo Uber, que são também pais-de-família. Entoou um cântico religioso e homenageou o taxista mais idoso da Cidade, presente à Sessão, a quem considerou um exemplo de vida. Mencionou o Projeto de Lei Complementar n. 28/17, que visa a regulamentar o transporte privado no Brasil, e criticou a multinacional, afirmando que ela explora a força de trabalho local. O senhor João Adorno, integrante da comissão dos taxistas, agradeceu ao presidente pela concessão do espaço e ao vereador Joceval Rodrigues pelo Projeto de Lei n. 327/17. Afirmou que a categoria não é contra aplicativos e tecnologia, inclusive porque já faziam uso dela, e reiterou que defendem a legalização. Disse que: a Casa não poderia deixar a oportunidade de tratar a questão passar; não utilizariam o espaço para ofender o senhor Átila Teixeira, defensor do Uber; e esperavam contar com o apoio dos edis. Por fim, contou que alguns taxistas foram à Brasília acompanhar a votação do Projeto e agradeceu-lhes, em nome da categoria. O senhor presidente disse que, embora o senhor Átila Teixeira apoiasse seu mandato em Nova Constituinte, a defesa que ele fazia não se coadunava com sua opinião, que era a de estar ao lado dos taxistas. Nos **Comentários à Tribuna Popular**, a vereadora Aladilce Souza saudou a senhora Katia Baldini pelas informações a respeito do câncer e elogiou os taxistas, defendendo que houvesse legislação para impedir a concorrência desleal a seu trabalho e promover fiscalização da atividade dos concorrentes. Informou que se estava encerrando o *Outubro Rosa* e expressou a preocupação da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher com os números alarmantes relacionados ao câncer de mama, também sublinhando a questão de os exames não avançarem para se evitarem os maus resultados. Pediu que a CMS se envolvesse com a questão e que a Prefeitura também o fizesse, para que não houvesse apenas o Hospital da Mulher atuando a respeito. O vereador Kiki Bispo defendeu a igualdade das condições de trabalho, afirmando que é inaceitável alguns condutores trabalharem na legalidade e outros, na ilegalidade. Elogiou a fala da senhora Katia Baldini, colocando-se à disposição de sua instituição e de suas causas. Considerou absurda a espera de oito meses para se fazer uma biópsia e disse que apenas utilizar o laço rosa não ajuda no combate ao câncer de mama, sendo necessárias políticas públicas efetivas. Afirmou que a situação do Hospital da Mulher é inconcebível e que o Governo do Estado deveria ter inaugurado policlínicas para auxiliarem nos tratamentos. O vereador Sílvio Humberto declarou solidariedade aos taxistas; pontuou que o problema não está na tecnologia, mas, na relação que se tem com ela; e defendeu uma concorrência leal dos serviços por aplicativos. Parabenizou o NASPEC e a senhora Katia Baldini, e observou que o trabalho dela e da entidade existe porque as políticas públicas, nas três esferas de governo, falharam. Ressaltou a obrigação de o poder público atuar nesse sentido, observando que as consequências danosas dessa falha atingem, além das doentes, suas famílias, e concluiu pedindo que houvesse não apenas um *Outubro Rosa*, mas uma "vida rosa". O vereador Hilton Coelho parabenizou a senhora Katia Baldini por deixá-los a par da situação. Afirmou que o governador do Estado havia prometido prioridade para a Saúde, o que não se via; comentou sobre a estatística de câncer de mama em adolescentes; e declarou apoio do PSol em defesa da Saúde. Em seguida, saudou a presença dos taxistas e disse que o PSol fazia a mesma leitura da situação, de não se contrapor aos trabalhadores, mas, à empresa multinacional, que considerou corresponder a mais uma forma de transferência de riqueza. Mencionou a precarização e exploração dos trabalhadores, afirmando que muitos já vinham abandonando a atividade, e lembrou que seu mandato, no início das discussões, fizera uma lista sobre os dez pontos de contraposição ao Uber. Por fim, disse que era preciso rever o significado desse serviço, sobretudo em Salvador, capital da pobreza. Foi votada e aprovada licença do vereador Odiosvaldo Vigas (1º, 6 e 7 de novembro). O vereador Odiosvaldo Vigas disse que os médicos, como ele, que estão na ponta, fazendo atendimentos, sabem qual é a realidade da Saúde. Comentou sobre a dificuldade que as mulheres encontram para a realização de exames e tratamento, e defendeu a realização de campanhas, políticas públicas e ações privadas para um acesso mais eficiente. Lamentou ainda estarem a discutir essa questão, em pleno século XXI, lembrou a campanha *Novembro Azul* e afirmou faltar educação continuada em todos os setores. Por fim, afirmou que os taxistas prestavam um grande serviço à sociedade e defendeu um regramento para os motoristas de aplicativo. O edil Joceval Rodrigues registrou sua admiração pela senhora Romilza Medrado, dirigente do NASPEC, a qual elogiou, e associou-se ao vereador Kiki Bispo no tocante ao Hospital da Mulher. Afirmou que os condutores que trabalham através de aplicativos representam cidadãos desempregados, um reflexo da má gestão do último Governo Federal, e destacou que seus serviços são mais baratos em razão de não pagarem tributos e encargos, o que tornava sua concorrência desleal. O vereador Edvaldo Brito cumprimentou a senhora Katia Baldini; disse que todos deveriam aderir à campanha *Outubro Rosa*; e comentou sobre o trabalho pela saúde desempenhado por seu filho, o deputado federal Antonio Brito, e sobre seu próprio trabalho, na Casa, pela Comissão de Saúde e pela Frente Parlamentar de Apoio às Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas, dizendo que ambos apoiam a luta da senhora Katia. Congratulou-se quanto à reinauguração, pelo prefeito, da Biblioteca Edgard Santos, em Itapagipe, explicando que ela fora criada em sua gestão como prefeito e lamentando, por tal razão, que, talvez por questões partidárias e ideológicas, não tivesse sido convidado para o ato. O senhor presidente disse que faria contato com o Cerimonial da Prefeitura sobre a ausência de convite ao vereador Edvaldo Brito. Pela ordem, o vereador Isnard Araújo solicitou a retirada do Projeto de Lei n. 488/17. Também pela ordem, o vereador Felipe Lucas pediu a retirada do Projeto de Lei n. 378/17. Nada mais havendo, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA

VEREADOR (A) LICENCIADO (A)	PERÍODO	FUNDAMENTAÇÃO
ALFREDO MANGUEIRA	30/10/2017	Art.17, inciso III, Res. 910/91 (Compilação)
ORLANDO PALHINHA	24/10/2017	Art.17, inciso III, Res. 910/91 (Compilação)

EXPEDIENTE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

RESULTADO DE LICITAÇÃO – HOMOLOGAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação - COMPEL, atendendo à decisão do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Salvador, divulga o resultado da licitação abaixo especificada:

LICITAÇÃO Nº: PE 22/2017
PROCESSO: 1074/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E REPAROS NAS INSTALAÇÕES PREDIAIS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

NAUTILLUS ENGENHARIA E COMERCIO LTDA – EPP CNPJ: 34.065.417/000-1-54					
ITEM	DESCRIÇÃO	U.R.	QUANT.	VALORES UNIT. (R$)	VALORES TOT. (R$)
1	Contratação de pessoa jurídica de empresa de engenharia especializada, para execução dos serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva e reparos nas instalações prediais administrativas e operacionais da Câmara Municipal de Salvador, pelo período de 12 (doze) meses..	UN	1	R$ 948.000,00	R$ 948.000,00
TOTAL GERAL DA LICITAÇÃO					R$ 948.000,00

HOMOLOGAÇÃO: 31/10/2017

DECISÃO IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

A Comissão Permanente de Licitação – COMPEL, em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.666/93, comunica decisão relativa à Impugnação ao Edital da Concorrência n° 002/2017:

CONCORRÊNCIA Nº 002/2017
OBJETO: Seleção, sob a modalidade de Concorrência Pública do Tipo Técnica e Preço, de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de produção, edição, geração e veiculação de multiplataformas de comunicação para a Câmara Municipal de Salvador, contemplando 3 (três) ramos de atuação independentes, porem interligados.
PROCESSO CMS nº. 1679/2017
PROCESSO IMPUGNAÇÃO nº 2081/2017
IMPUGNANTE: EUGEN CIRCENIS JUNIOR ME, CNPJ/MF 09.2016.597/0001-80
DECISÃO: "Nesta senda, não sendo plausíveis as alegações da impugnante, decide este Presidente da COMPEL o não acolhimento e a manutenção dos itens impugnados recebendo a impugnação para, no MÉRITO, considerá-la **IMPROCEDENTE,** mantendo inalteradas as condições do Edital e seus anexos."

A cópia da decisão poderá ser obtida por qualquer interessado mediante requerimento formulado à COMPEL, a integra da decisão será disponibilizada no Portal da CMS: www.cms.ba.gov.br

Salvador, 31 de outubro de 2017.

DECIO MARTINS MENDES FILHO
Presidente COMPEL

DECISÃO IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

A Comissão Permanente de Licitação – COMPEL, em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.666/93, comunica decisão relativa à Impugnação ao Edital da Concorrência n° 002/2017:

CONCORRÊNCIA Nº 002/2017
OBJETO: Seleção, sob a modalidade de Concorrência Pública do Tipo Técnica e Preço, de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de produção, edição, geração e veiculação de multiplataformas de comunicação para a Câmara Municipal de Salvador, contemplando 3 (três) ramos de atuação independentes, porem interligados.
PROCESSO CMS nº. 1679/2017
PROCESSO IMPUGNAÇÃO nº 2107/2017
IMPUGNANTE: REPLITECH – TECNOLOGIA EM REPRODUÇÃO DE CD E DVD LTDA. - ME, CNPJ/MF 09.649.217/0001-00
DECISÃO: "Nesta senda, não sendo plausíveis as alegações da impugnante, decide este Presidente da COMPEL o não acolhimento e a manutenção dos itens impugnados recebendo a impugnação para, no MÉRITO, considerá-la **IMPROCEDENTE,** mantendo inalteradas as condições do Edital e seus anexos."

A cópia da decisão poderá ser obtida por qualquer interessado mediante requerimento formulado à COMPEL, a integra da decisão será disponibilizada no Portal da CMS: www.cms.ba.gov.br

Salvador, 31 de outubro de 2017.

DECIO MARTINS MENDES FILHO
Presidente COMPEL

RESUMO DO CONTRATO

CONTRATO CMS N°.	06/2017
PROCESSO:	546/2017
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:	INEXIGIBILIDADE n° 09/2017
CONTRATADA:	VALOR ECONÔMICO S.A
CNPJ:	03.687.592/0001-50
PARECER JURÍDICO:	309/2017
OBJETO:	Assinatura digital com acesso ilimitado ao conteúdo do Jornal VALOR ECONÔMICO S.A.
VALOR TOTAL:	R$514,80 (quinhentos e quatorze reais e oitenta centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
PROJETO/ ATIVIDADE:	01.031.0016.200132
ELEMENTO DE DESPESA:	33.90.39 0.1.00
VIGÊNCIA:	12 (doze) meses, a partir da data de assinatura.
BASE LEGAL:	Lei Federal n°8.666/93, Leis Municipais nº4.484/92 e pelas normas de Direito Privado, no que couber.
DATA DA ASSINATURA:	01 de novembro de 2017
ASSINAM:	Leonardo Silva Prates – Contratante Carlos Alberto A. Ponce de Leon – Contratada Vera Lucia Brandemarte - Contratada Matheus Caíque B. Nascimento - Testemunha Marenilda Santos - Testemunha

EXPEDIENTE DA DIRETORIA LEGISLATIVA.

Para uso exclusivo de ofícios do Gabinete do Vereador Tiago Correia

Ofício nº 067/2017GAB. 32 - CMS

Salvador, 31 de outubro de 2017.

Ilmo. Senhor
Dr. Léo Prates
Presidente da Câmara Municipal do Salvador
Assunto: **Indicação**

Senhor Presidente,

Cumprimentado cordialmente, aproveito o ensejo para indicar a V.S. ª, os nomes dos vereadores que irão compor a Frente Parlamenta em Defesa das Micros, pequenas e medias empresas, para sua deliberação quanto a instituição da frente em comento:

Tiago Correia (Presidente)
Léo Prates (Vice-Presidente)
Sidninho (Membro)
Alexandre Aleluia (Membro)
Ricardo Almeida (Membro)
Felipe Lucas (Membro)
Suica (Membro)

Certo do vosso pronto atendimento, renovamos os votos de estima e apreço.

Atenciosamente,

Tiago Correia
Vereador -PSDB

Recebido
Em, 31/10/2017
Cintia
DIRETORIA LEGISLATIVA
CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
17:40'

F-ADM-011-01

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

Para uso exclusivo de ofícios do Gabinete do Vereador Tiago Correia

Ofício nº 068/2017GAB. 32 - CMS

Salvador, 31 de outubro de 2017.

Ilmo. Senhor
Dr. Léo Prates
Presidente da Câmara Municipal do Salvador
Assunto: **Indicação**

Senhor Presidente,

Cumprimentado cordialmente, aproveito o ensejo para indicar a V.S. ª, os nomes dos vereadores que irão compor a Frente Parlamenta em Defesa da Ciência e Tecnologia, para sua deliberação quanto a instituição da frente em comento:

Tiago Correia (Presidente)
Sidninho (Vice-Presidente)
Suica (Membro)
Felipe Lucas (Membro)
Moises Rocha (Membro)
Alexandre Aleluia (Membro)
Ricardo Almeida (Membro)

Certo do vosso pronto atendimento, renovamos os votos de estima e apreço.

Atenciosamente,

Tiago Correia
Vereador -PSDB

Recebido
Em, 31/10/2017
Cintia
DIRETORIA LEGISLATIVA
CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
17:40'

F-ADM-011-01

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

PROGRAMAÇÃO

TV CÂMARA SALVADOR

FUNDAÇÃO COSME DE FARIAS

Assista à TV Câmara Salvador pelo canal 10 da Sim TV e pelo canal aberto 61.4, em sinal digital.

Quarta-feira, 1º de Novembro de 2017

	PROGRAMA	Sinopse
12h00	ARTE EM TODA PARTE - "SLACKLINE e STILETTO"	A repórter Ticiane Bicelli apresenta duas artes que se encontram com "equilíbrio e dança" na orla da Barra.
12h23	SOM NA CAIXA - GABRIEL LAGO	Confira o cantor e compositor Gabriel Lago apresentando a música "Balinha" no programa "Som na Caixa".
12h26	PASSAPORTE DE SERVIÇOS - PERSONAL STYLIST	Osvaldo Lyra, Mia Lopes e André Luís vão em shopping da cidade em busca de roupas com formas ideais.
12h50	GOSTO, DETESTO - FILME DE TERROR	Veja o que pensam o povo sobre estes filmes com enredos negativos que visam assustar os espectadores.
12h53	EXTRA-ORDINÁRIO–BULE-BULE	Osvaldo Lyra e Ticiane Bicelli entrevistam "Bule-Bule", mestre repentista, sambador e cordelista da Bahia.
13h16	SOM NA CAIXA - ADRIANO PATERNOSTRO	O artista se apresenta no "Som na Caixa" em acústico de voz e violão com a música autoral "Trilhos Fortes".
13h19	QUEM FAZ O QUÊ - POLÍCIA MILITAR	Conheça mais sobre a corporação secular da Polícia Militar da Bahia em reportagem de Rogério Aquino.
13h42	GOSTO, DETESTO - FELICIDADE EM REDE SOCIAL	A repórter Jaqueline Assemany confere o que o povo pensa sobre "Exposição de Felicidade na Rede Social".
13h45	SEM PEGADA - VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER II	Mia Lopes analisa o tema "O que é abuso? ", com os psicólogos Romero Magalhães e Silvana Bartilotti.
14h08	CÂMARA PRÁTICA - LIBRA	André Luís aprende a "Linguagem de Sinais", com o professor José Alcides, no Centro de Cultura da Câmara.
14h11	ADIVINHA ONDE É? - MUSEU DA MÚSICA	A repórter Pâmela Lucciola vai ao museu no Pelourinho com Russo Passapusso, da banda Baiana System.
14h30	SOM NA CAIXA - RICARDO BARÃO	Ouça neste programa o artista apresentando-se no "Som na Caixa" com a música "Peça de Quebra Cabeça".
14h33	EM PAUTA - AO VIVO	Confira no programa um breve bate-papo ao vivo antes da Sessão Ordinária, com os mais diversos assuntos da cidade, ao vivo, direto do Plenário Cosme de Farias na Câmara Municipal de Vereadores de Salvador.
15h00	SESSÃO ORDINÁRIA - AO VIVO	Confira a transmissão ao vivo da Sessão Ordinária, diretamente do Plenário da Câmara Municipal de Salvador. Nesta sessão, os vereadores irão debater diversos assuntos de interesse da cidade de Salvador.
17h00	EXTRA-ORDINÁRIO - DEP. ÂNGELO CORONEL	"Os Desafios da Nova TV Pública" é pauta entre Osvaldo Lyra, Liana Cardoso e o presidente da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), Deputado Ângelo Coronel (PSD), em entrevista no estúdio novo da TV Câmara.
17h23	SOM NA CAIXA - VERÔNICA DUMAR	A cantora apresenta-se hoje no programa "Som na Caixa" com a composição "Bahia de Sonhos Dourados".
17h26	PASSAPORTE DE SERVIÇOS - HEMOBA	Confira a repórter Ayana Simões em visita à Fundação de Hematologia e Hemoterapia da Bahia (HEMOBA).
17h50	OPINIÃO - SITUAÇÃO POLÍTICA DA VENEZUELA	Conheça o ponto de vista do cientista social Roderick Navarro com o tema "Situação Política da Venezuela".
17h53	EXTRA-ORDINÁRIO - MÁRCIA CASTRO	"Censura no Mundo da Arte" é pauta no estúdio entre a cantora Márcia Castro, Osvaldo Lyra e Mia Lopes.
18h16	CÂMARA PRÁTICA - "SOCO, SOCO, BATE, BATE"	Relembre hoje nesta matéria com a repórter Mia Lopes a brincadeira de criança "Soco, Soco, Bate, Bate".
18h20	ADIVINHA ONDE É? - CENTRO GEMOLÓGICO	Liana Cardoso visita o Centro Gemológico da Bahia (CGB), único laboratório de certificação e autenticidade de pedras preciosas do Norte-Nordeste, guiada por Geraldino Almeida Filho, administrador deste local.
18h43	GOSTO, DETESTO - CAFÉ	Ticiane Bicelli foi conferir a preferência do povo em relação a este grão e bebida muito popular no Brasil.
18h48	ARTE EM TODA PARTE - BALLET E MÚSICA	O bailarino Jean Magalhães com duo de violonistas Adriano Oliveira e Eduardo Brandão interagem entre Mia Lopes e Osvaldo Lyra ao som de clássicos como "Für Elise (Beethooven) ", tocado em ritmo de samba.
19h10	OPINIÃO - REGULAMENTAÇÃO DE AMBULANTES	Conheça sobre o tema com o secretário Marcos Passos da SEMOP (Secretaria Municipal de Ordem Pública).
19h13	GOSTO, DETESTO - CONVERSA NO PÉ DE ORELHA	Veja o que pensamo povo sobre este ato de "cochicho ou murmúrio" realizado em situações cotidianas.

*** Programação sujeita a alteração sem aviso prévio.**

Edvaldo Brito é homenageado pela Faculdade de Direito da Ufba

Celebração marcou aniversário do vereador e 42 anos de ensino na instituição

O vereador, jurista e professor Edvaldo Brito (PSD) foi homenageado pelo corpo docente da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (Ufba) pela passagem do seu aniversário de 80 anos, em 3 de outubro, e pelos 42 anos dedicados ao ensino naquela instituição. A solenidade aconteceu na sexta-feira (27), na Sala da Congregação, durante o encerramento do III Congresso Nacional de Ensino e Pesquisa Jurídica (Cenepej), onde Brito fez a conferência "Considerações sobre os Efeitos da Modulação do Julgamento da Adin do IPTU de Salvador pelo TJ-BA".

Na sua fala, o jurista destacou que a ação de inconstitucionalidade do Imposto sobre a Propriedade Predial Urbana (IPTU) de Salvador, que está para ser julgada pelo Tribunal de Justiça da Bahia, tem um parecer favorável para o contribuinte, seguindo os preceitos constitucionais, pois não foram realizadas audiências públicas para discutir o assunto e o aumento extorsivo do imposto fere princípios como o da legalidade, capacidade contributiva, razoabilidade e não confisco. "A questão principal agora é sobre a modulação: a decisão do TJ-BA valerá a partir de quando? E como ficam os que pagaram o IPTU? E os que não pagaram?", questionou Edvaldo Brito;

Fotos: Assessoria do vereador



Vereador Edvaldo Brito agradeceu pela "tocante homenagem"



Aplaudido de pé, Brito assistiu a um vídeo com imagens da sua vida, desde quando foi o orador da turma de Direito, passando por secretário de Estado, três vezes, secretário de Justiça da cidade de São Paulo, prefeito de Salvador, vice-prefeito e agora vereador. Também foram destacados importantes momentos da sua trajetória no campo jurídico nacional.

Saudado pela direção da Faculdade de Direito e por diversos professores e alunos, ele se emocionou. "Não esperava por uma homenagem tão carinhosa e tão tocante, um perigo para um homem com 80 anos, mas com vigor e disposição suficientes para continuar contribuindo com a nossa sociedade por mais 80 anos", disse o parlamentar.

Frente Parlamentar dos Templos Religiosos



Fotos: Antonio Queirós



A Frente Parlamentar dos Templos Religiosos, na Câmara Municipal de Salvador, se reuniu na tarde de segunda-feira (30) para discutir um posicionamento em relação a espetáculos artísticos que, segundo o presidente Joceval Rodrigues (PPS), "ferem a fé cristã". Novo encontro foi agendado para a próxima segunda, dia 6 de novembro, às 13h30, com o objetivo de definir uma pauta de atividades sobre o tema.

Participaram da reunião também os vereadores Isnard Araújo (PHS), Ricardo Almeida (PSC), Orlando Palhinha (DEM), Rogéria Santos (PRB), Ireuda Silva (PRB), Lorena Brandão (PSC) e Alexandre Aleluia (DEM).